



CINCCI

IV Colóquio Internacional

sobre o comércio e cidade: uma relação de origem

Uberlândia, 26 a 28 de março de 2013

## **Processos de economia popular tradicional em Porto Alegre – RS/Brasil.**

*Processes traditional folk economy in Porto Alegre - RS / Brazil.*

PRADO, Rossanna; Mestranda em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR;  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

[rossanna@cpovo.net](mailto:rossanna@cpovo.net)

### **Resumo**

O artigo busca registrar algumas observações acerca do papel da economia popular tradicional no ambiente urbano de Porto Alegre. Trata-se de uma reflexão acerca do desenvolvimento e manutenção de formas produtivas e comerciais presentes na cidade de Porto Alegre há mais de 100 anos, que se reorganizaram ao longo dos anos e das mudanças tecnológicas. Visa problematizar as razões de identificação, necessidades e conhecimentos locais envolvidos nas relações socio-econômicas estabelecidas.

**Palavras-chave:** Economia popular. Patrimônio cultural. Cidade.

### **Abstract**

*The article presents observations about the role of economics in the popular traditional urban environment of Porto Alegre. It is a reflection on the development and maintenance of productive and commercial forms present in the city of Porto Alegre for over 100 years, which reorganized over the years and technological changes. Problematizes identities, needs and local knowledge involved in socio-economic relations established.*

**Keywords:** Popular economy. Cultural heritage. City.

## 1 Introdução

Em Porto Alegre, a produção de bens e serviços populares apresenta-se oferecida pelo mercado comercial em seus inúmeros locais de venda, ou é oferecida através da oferta de bens e serviços resultantes de ocupações manuais. Estas formas produtivas tradicionais apresentam *especificidades locais*. Apresentam materiais comuns a uma região, dentro dos conhecimentos técnicos próprios de cada atividade, e apresentam-se conforme os usos e demandas contemporâneos de cada época. Têm como prioridade manter a oferta dos produtos ou serviços de acordo com as necessidades da comunidade e entorno. Desenvolve a percepção dos *ofícios antigos* como atividades econômicas definidas na CBO<sup>1</sup> por “ocupações”, que buscam adequar-se às modificações urbanas ocorridas nas últimas décadas. A manutenção destas atividades econômicas apresenta-se baseada sobre três critérios de análise: a autonomia produtiva, o domínio do processo produtivo e a transmissão dos conhecimentos, conforme pesquisa<sup>2</sup> realizada em 2011. Visa estabelecer nexos entre as localizações das atividades econômicas tradicionais no meio urbano de Porto Alegre e as identidades locais, através das relações que se estabelecem entre o artífice manual e seu cliente.

## 2 Economia e território

A relação entre economia e território problematiza as especificidades regionais e locais que definiriam atividades de economia e comércio popular de cunho manual como próprias de um local, no caso, a cidade de Porto Alegre. A necessidade de contextualizar territorialmente estas atividades suscitou problemáticas vistas através das leituras de Perroux (1967), Boisier (1998) e Conti (2005), relacionando a temporalidade dos textos com as mudanças históricas e econômicas no planejamento territorial. Partindo do princípio de que as atividades analisadas possam estar presentes em inúmeras cidades pelo mundo, busca-se responder o que faria um pescador de Porto Alegre diferenciar-se de um pescador de outra cidade – o que diferencia, se o fazer e o comercializar envolvem as mesmas operações?

A vitalidade das práticas produtivas manuais no meio urbano corresponde, em parte, à sua invisibilidade social, apresentando pontos comuns, como o tempo próprio do trabalho com as mãos, e especificidades técnicas repassadas no tempo e no espaço, e por vezes milenares. Tais características convivem, hoje, com a vertiginosa rapidez das inovações tecnológicas no contexto econômico de globalização sem, contudo, deixar de atender às demandas urbanas. Observa-se que os conceitos trabalhados por Perroux (1967) sobre pólos de crescimento e seus respectivos espaços econômicos - continente/contido - são atuais, e as variações das estruturas econômicas foram retomadas por Conti (2005) ao usar Castells e seu paradigma de redes. Hoje as noções de conhecimento local como impulsionador de práticas econômicas são analisadas em diversas esferas produtivas, porém a especificidade das práticas em sua relação com os ambientes naturais (criando por sua vez ambiências e paisagens culturais urbanas) seriam conhecimentos específicos, de acordo com cada aplicação no ambiente geonômico -

o espaço “vulgar” (Perroux, 1967, p.149). O padeiro que convive com o calor dos fornos desde as 4h da manhã sabe do efeito das correntes de ar do vento sul para seus pulmões. Assim o era no começo do século, quando a Associação Padeiral de Porto Alegre<sup>3</sup> lutava pela salubridade de seus integrantes, e a Santa Casa de Misericórdia<sup>4</sup> recebia enfermos com infecções respiratórias, cujo elo comum era a profissão - padeiro. As vivências cotidianas na cidade compõem repertórios de saberes locais, que se repetem ao longo dos anos, criando identidades próprias nas relações com os territórios geomórficos compostos historicamente – o trabalho com determinados materiais, produzidos localmente ou resultantes de relações de comércio tradicionais da região e seus processos históricos constituintes de espaços econômicos, os costumes e relações de sociabilidade geradoras de significados e seus respectivos usos, diários ou em celebrações. Neste contexto, as práticas produtivas populares destacam a singularidade do trabalho manual como especificidade local e suas respectivas práticas de comércio, que garantem a manutenção dos agentes produtivos.

A concepção de desenvolvimento introduzida por Seers onde “*el desarrollo significa reducción de la pobreza, del desempleo y de la inequidad*” (Seers apud Boisier, 1998, p.6), seria insuficiente, segundo Boisier, porém faz parte do repertório de entendimento, enquanto senso comum, das relações econômicas constituintes da contemporaneidade em suas várias dimensões, inclusive a dimensão territorial. A assimilação de valores locais como identidades formadoras de saberes e conhecimentos – economia do conhecimento – tropeça nestes pressupostos, enraizados no imaginário coletivo, o que dificulta visibilizar esses saberes do lugar. Enquanto o território passa a ser visto como mercadoria através das normatizações de parcelamento do solo e valor de mercado das riquezas naturais pré-existentes, o atual esgotamento dos recursos naturais gera uma situação na qual o saber de manejo apropriado destes recursos locais torna-se também um valor, dentro do capitalismo de conhecimento intensivo (CONTI, 2005, p.213). A economia do conhecimento contemporânea transmuta os locais de acordo com as atividades competitivas, reordenando as hierarquias tradicionais de acordo com as ordens econômicas, solapando as experiências locais de conhecimento visíveis nas práticas comerciais populares.

Os processos produtivos tradicionais, passados de geração em geração, pressupõem a permanência geográfica, a não-mobilidade através dos anos e a continuidade das práticas produtivas com constantes adequações durante o século XX, frente às introduções de novos materiais e otimização de processos com o uso de tecnologias de ponta. Modificam-se as relações produto-preço, altera-se a micro-economia e o gerenciamento dos pequenos negócios. Tais processos ocorrem baseados em expectativas de crescimento econômico regional de geração de empregos, divisas locais e estimulação da rede econômica pré-existente. Desta forma, são feitas escolhas de acordo com o espírito desenvolvimentista de cada época e cada lugar<sup>5</sup>. Porém a transmissão oral e visual não pode ser abarcada por manuais de práticas e competências: “*Podemos querer simplificar e racionalizar as capacitações, como fazem muitas vezes os manuais de ensino, mas isto não é possível, pois somos organismos complexos.*” (SENNET, 2009, p. 265). Pela falta de sentido temporal e pelas mudanças das estruturas produtivas, algumas práticas se perderam, porém outras adaptaram-se e continuam oferecendo produtos e serviços.

Em tempos de economia do conhecimento (BURKE, 2003), as atividades produtivas manuais não são percebidas pela indústria de massa, mas mantêm valor

local. Um sapateiro pode ser sapateiro em várias partes do mundo, dedicando a vida a seu ofício. O que diferencia um fazer de um lugar e de outro? Cada região tem um sapateiro, que produz e restaura os sapatos e calçados de acordo com os usos, os materiais, convenções e resultados locais. Os artífices adaptam o fazer às condições climáticas, às demandas, às modas, e continuam existindo porque sabem o que precisam saber da sua experiência identitária, que os constituiu como indivíduos e os preparou para ganhar a vida com as mãos. *“Em toda sociedade, todos sabem e devem saber e aprender o que devem fazer em todas as condições”*, disse Mauss, ao falar das técnicas do corpo (MAUSS, 2003, p.420). Ocorrem processos de escolhas, de heranças e de identificações nem sempre visíveis e compreensíveis.

Buscando estabelecer a discussão do conhecimento local e a relação com o meio, para Boisier (1998, p.11) a confiança seria um fator determinante do processo econômico de imersão territorial. O trabalho empírico realizado procurou deter-se em um recorte de economia popular e respectivas formas de comércio e remuneração buscando registrar traços de identidade popular pelo fazer na cidade. Partindo do pressuposto de que cada região tem sua história, seu “caldo” definidor de identidades, certezas e receios, resultantes por sua vez de respostas a planejamentos e demais relações de poder, impostas ou democraticamente implementadas, teve como resultado o entendimento de que as relações de confiança que se estabelecem entre os atores sociais envolvidos, no caso da relação artífice-cliente, ocorrem através do convívio e das referências locais de valores. Imateriais ou materializadas em forma de regulamentações do viver em comunidade, as redes globais e locais têm suas definições de identidades inter-relacionadas. Na esfera da produção de valores econômicos, dependem das escolhas e avaliações dos atores envolvidos em redes. *“No sistema capitalista, as mercadorias não são produzidas para uso, mas para troca – com lucro.”* (HUBERMAN, 2010, p. 208). A relação dos atores de economia popular com as redes institucionalizadas da produção remete à especificidade do sistema econômico e sua distância concreta da grande maioria da população – que gera rendas quando economiza, usa a força de trabalho e paga tributações, dando lastro a sistemas financeiros e bancários. A economia informal ou formalizada na forma de micro-empresas e *simples individual*<sup>6</sup> dispõe saberes aprimorados ao longo dos anos e geralmente sem comprovação institucional (cursos técnicos).

Cada lugar estabelece formas de conviver em sociedade, de acordo com normas, comportamentos coletivos e tradições que conformam o cotidiano local. Resultado de processos históricos, o trabalho (e sua dignificação) garante a subsistência da maioria da população. Esta usa produtos e serviços resultantes das ocupações manuais por costume ou como forma de economia – baseia-se na desvalorização do trabalho manual no Brasil. Os ofícios manuais apresentam-se hoje como formas de atividades econômicas tradicionais presentes pela cidade em locais com vida comercial popular, através dos artífices. Estes tiveram de adaptar práticas produtivas às modificações dos mercados globalizados, e concorrer com os preços de produtos importados de baixo custo. Hoje, trabalham com as brechas do mercado: recuperam objetos que já saíram de linha, refazem modelagens preferidas, produzem alimentos com sabor local. Quando oferecem produtos, escolhem as matérias-primas e resolvem custos usando a criatividade, através de soluções produtivas ímpares. Quando oferecem seus serviços, o corpo e sua performance tornam-se instrumentos, no controle correto das sequências, no manejo de ferramentas e nos critérios para resultados finais.

### **3 As atividades tradicionais**

Ao analisar as atividades tradicionais de economia popular, o convívio com pequenas margens de lucros devido à escala de produção artesanal ainda permite estabelecer-se, trabalhar e viver. Possibilita criar um patrimônio pessoal através do trabalho e conhecimento prático repassado de geração em geração. O produzir para usar, o reformar para manter e o criar dentro do que se aprendeu formam o cerne produtivo dos artífices, mantendo os ritmos produtivos de cada um dentro das necessidades urbanas atendidas. Como a disponibilidade e qualidade das matérias-primas mudou, surgiu a exigência de reelaborações dos fazeres de acordo com as modificações - no meio ambiente, controles extrativos, de uso dos espaços, regulamentação comercial, sanitária e de saúde pública, etc. As modificações nos processos exigiram adaptações também na postura dos artífices frente às comunidades em que estão inseridos, de acordo com as regulamentações de cada época e com as demais esferas da vida pública<sup>7</sup>.

O conhecimento gerado pela necessidade é repassado nas relações familiares e de entorno, no contexto urbano. Os ofícios manuais registrados e as relações destes na cidade de Porto Alegre encontram-se hoje pouco valorizados pelo caráter manufatureiro, apesar das regulamentações da administração pública<sup>8</sup>. Acumulando saberes não-acadêmicos como formas de economia natural, compõem mosaicos produtivos de baixa tecnologia em meio ao consumo de massa, configurando um patrimônio cultural (CASTRIOTA, 2009, IPHAN, 2000), urbano e vivo<sup>9</sup>. Confirmam a hipótese de que as relações econômicas populares baseadas no uso contínuo de um bem ou serviço urbano se adaptaram às modificações do tempo, em seu arcabouço tecnológico, mantendo padrões constitutivos em cada técnica produtiva registrada. A autonomia produtiva, o domínio técnico e a transmissão dos conhecimentos, ao longo dos anos, estabeleceram relações com o meio, e apresentaram-se como definidoras de modos de fazer gerando conhecimentos locais próprios - através da escolha de materiais, gostos constituídos culturalmente e respectivas ambiências geradas. A identificação destes fazeres como sendo “da cidade”, “do local”, remetem à possibilidade de análises no contexto do desenvolvimento territorial, através da dimensão espacial, levando-se em conta um meio urbano - uma cidade como Porto Alegre.

#### **3.1 Apresentando a cidade**

Porto Alegre é capital do estado Rio Grande do Sul, geologicamente formado pelo fim da Serra do Mar e o início do bioma pampa, fazendo fronteira com dois países, e apresentando quatro estações climáticas definidas. O local da fundação da cidade remete aos conflitos armados da região, situando-se numa posição estratégica para fins militares e comerciais. Contava com as facilidades de transporte de época através do Delta do Jacuí e Vale do Caí, rodeada pelo estuário do Guaíba, águas que banharam baías hoje aterradas. Apresenta histórico de forte colonização europeia, a qual gerou trocas culturais e tecnológicas com os habitantes locais, onde as atividades manuais presentes desde o tempo do Império basearam-

se na produção de alimentos, cabendo ao Rio Grande do Sul ser chamado de “celeiro do país”.

Esta capital concentra a diversidade étnica do interior, e sua Região Metropolitana hoje está composta por 32 municípios, nos quais distribuem-se indústrias de porte, cujas mais antigas antes estavam dentro da área metropolitana. Apresenta caráter de “*sufficiency*”, de acordo com a classificação de cidades globais/Alfa World Cities (2008)<sup>10</sup>. As necessidades de bens e serviços são supridas pelo consumo de massa, abastecimento de mercados e armazéns e infra-estrutura institucional, pública e privada. Os níveis das relações que se efetuam na cidade são complexos, resultando em diferentes formações sociais, com correspondentes formas de usar o tempo e o espaço. Estas ocorrem de acordo com as representações estabelecidas com o lugar, onde os habitantes ganham a vida com seus saberes, onde vivem e onde também nascerão filhos e netos.

### **3.2 As relações comerciais na cidade**

As relações comerciais entremeiam-se com as relações pessoais, marcando a atividade diária destes artífices. Ao solicitar um produto, seja de bens ou serviços, os clientes recebem uma explicação técnica e podem regatear o preço – as relações de confiança que se estabelecem no tempo permitem conhecer o trabalho, e a informação repassada torna-se forma de *marketing* local, gerando o retorno do cliente atrás da sobrevida do produto. Visibilizam-se formas de micro-economia baseada em pequenas intervenções, onde a circulação de valores ainda está conectada ao trabalho de execução. Estabelecem-se formas econômicas de resistência popular, baseadas no pequeno comércio e sobre-vida dos produtos industrializados, e na conservação de produtos “fora de linha”, sem reposição. Em tais casos, o valor afetivo e relacional da memória cria a necessidade da preservação (do relógio herdado, do traje sob medida, da vivência dos sabores de infância, etc.) como fator de legitimação de práticas produtivas e de comércio como patrimônio cultural local.

Estes artífices atuam em Porto Alegre nas “isopadanas” resultantes da combinação de sua moradia, seu local de trabalho e seus clientes, principais beneficiários nas aglomerações produtivas populares. As localizações podem variar de acordo com o abastecimento dos materiais, outras atividades de produtos e serviços manuais ou não, e as estruturas urbanas existentes - como centros comerciais, paradas de ônibus, escolas, postos de atendimento médico, etc. Nestas ilhas de sustentabilidade constituídas pelos fluxos, deslocamentos urbanos e comércio popular, os locais de comércio se estabelecem trabalhando continuamente, aprontando pedidos e fazendo encomendas. Alguns produtores moram em lugares mais baratos e têm seus locais nos centros, ou trabalham em sua moradia, em oficinas aos fundos. Localizá-los implica desenvolver buscas na cidade, quase “espaços abstratos”, estabelecendo mapas mentais de percursos baseados em discursos – descrições de percursos em sequências de pontos de referência, vagos a quem não os conhece mas familiares a quem é dali. “*O trabalho de improvisação da ordem urbana liga as pessoas à comunidade (...) dão aos habitantes a oportunidade de marcar sua presença no espaço*” (Sennet, 2009, p.264). As configurações urbanas são incorporadas por seus usuários, permitindo-lhes apropriar-se ao conhecer e usar os lugares e percursos relacionados às

dinâmicas cotidianas, e identificar-se com seus comuns. Os vizinhos, antigos colegas de escola, comerciantes do bairro, o pessoal da igreja, a gurizada da *lan-house* usam o mesmo ônibus, vão ao mesmo mercado e relacionam-se entre si num dado espaço geonômico “vulgar”, criando redes de proximidade e colaboração pela cidade, baseados em pontos de encontro de fluxos urbanos, nas intersecções entre os espaços públicos e privados das cidades.

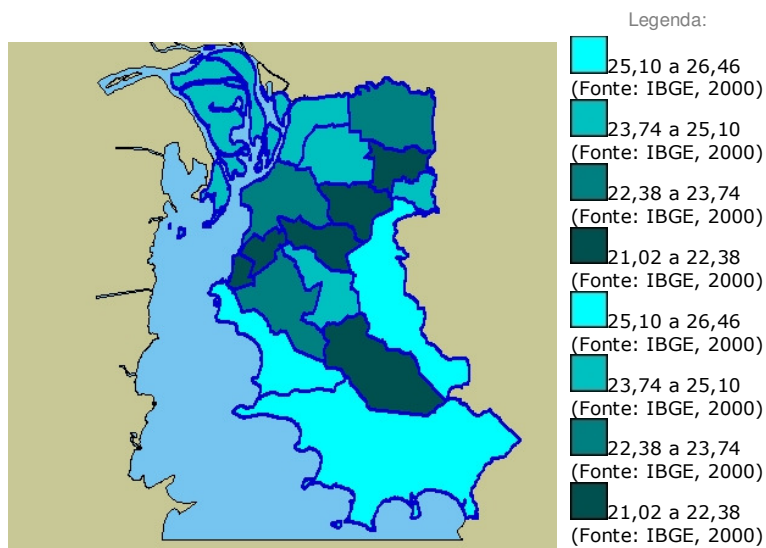


Figura 1: Percentual de ocupados por conta própria – por região do Orçamento participativo de Porto Alegre – 2000

Fonte: <http://observapoa.palegre.com.br/>

Ao chegar, o cliente é recebido com cordialidade - refletindo a confiança que o artífice tem em seu trabalho -, escuta o pedido, pede detalhes e estipula o preço e o prazo de execução. A autonomia produtiva permite relações comerciais diretas entre indivíduos, suprimindo necessidades e coexistindo com o mercado de consumo. O produto/serviço oferecido gravita entre normas de senso comum, legislação e relações entre indivíduos (artífice/cliente) no âmbito do comércio e economia popular. Estabelecem-se relações de uso como parte de redes de comércio de baixo custo de caráter manual - mesmo sobre um objeto processado industrialmente - ou de assistência e reparos. A qualidade do serviço oferecido e a satisfação do cliente criam vínculos que formam redes sociais de proximidade e de referência. O contato pessoal e a possibilidade de “mandar fazer” um produto/serviço permitem influir na concepção/resultado sobre o que se quer e o seu valor (preço). O artífice autônomo maneja a produção e estipula prazos, enquanto chefe de si planeja o trabalho e o local produtivo, suprimindo e acondicionando ferramentas e materiais mais usados. O planejamento do processo como um todo envolve o domínio do custo – entrada e saída de encomendas, aquisição de materiais, posse de ferramentas e seu desgaste mecânico, custos fixos do local (transporte, água, luz, alimentação, etc.), taxas e impostos. Avalia-se o desgaste físico para a atividade, tempo necessário para efetuar-la e a relação com o valor de mercado daquela atividade. A demanda popular

contínua é o fator que garante a permanência dessas práticas e, portanto, a autonomia dos artífices.

A atmosfera de convívio com a manufatura, seja em nível doméstico, pessoal e/ou local, facilita a apreensão e a naturalização dos processos produtivos. Os cheiros, texturas e sons referentes a diferentes estágios condicionam respostas físicas e sensoriais, facilitando as operações. Assim como a oficina, a casa e seus fazeres criam os artífices. A identificação com o fazer no cotidiano vincula-se às necessidades diárias e ao meio (clima, região, matérias-primas, alimentos). Cria-se um capital cultural inerente, característico de cada localidade e configura-se uma relação identitária com o território culturalmente criado, que tem necessidades produtivas próprias no tempo e no espaço.

### **3.3 Os Materiais**

O domínio dos processos de que fala Sennet (2009) permite que o artífice gestione a produção, recebendo ou negando pedidos dentro da esfera de seu fazer – ao aceitar, assume o compromisso da execução, que predispõe ter os materiais necessários. Isso ocorre de acordo com cada técnica produtiva – por ex.: uma encomenda de bolo a um padeiro envolve uma quantidade de materiais necessários, farinha, ovos, açúcar, além de máquinas, fornos, etc., assim como a solicitação de um serviço a um engraxate envolve materiais e ferramentas, tempo, disponibilidade física, pessoas associadas e ambientes próprios – o entorno se configura como irradiador de práticas sociais. Para um resultado satisfatório, a confecção do espinhel para pesca em rio usado em Porto Alegre exige que o pescador saiba avaliar a resistência dos materiais, o uso e o ambiente envolvido, permitindo dimensionar o ganho em cada quilo de peixe<sup>11</sup>. Um marceneiro sabe identificar os diferentes tipos de madeiras, as características e resistências, e também sabe adequar o feitiço das encomendas ao material disponível e ao preço acertado. O jovem artesão guarani fala da dificuldade de encontrar, na nova reserva, corticeiras – árvores nativas de madeira macia, usadas para o artesanato. Conta que as mudas já foram plantadas, é preciso esperar que cresçam e que, até lá, o grupo têm trazido a madeira de diversos lugares<sup>12</sup>. “*Marceneiro que quando for comprar madeira não levar a madeira ao nariz, não é marceneiro.*”<sup>13</sup> (PRADO, NUNES, NUNES, 2011, p. 33). Essa frase remete ao conhecimento sensível de materiais associados a uma prática produtiva. No caso, das madeiras usadas em marcenaria disponíveis no mercado ou das madeiras nobres que já não se encontram mais, a resistência às cargas, aos fatores ambientais envolvidos (variações de clima, de temperatura, de umidade) e usos característicos da região. O *luthier* também tem esse conhecimento, porém adaptado à sua produção – violões, violas e cavaquinhos –, além das peculiaridades que o trabalho com madeira exige, tipos de ferramentas, gradientes de força muscular, tempo de trabalho e preparação, entre outros fatores de valorização do produto final. Aquele pescador tem que ter o valor como conhecimento intrínseco de construção e manutenção de seu instrumento de trabalho, o barco, onde a tanoagem ainda faz parte do saber-fazer associado<sup>14</sup>. Cada ofício apresenta peculiaridades no saber-fazer, em seus materiais de uso constante, ferramentas apropriadas e, muitas vezes, inventadas, nas ambiências das oficinas que adéquam o espaço físico, a luz e as mesas de trabalho à especificidade de cada fazer em sua viabilidade econômica.

### **3.4 O artífice e o cliente**

Os indivíduos que se tornam clientes ao contratar um bem ou serviço feito por estes profissionais também têm conhecimentos associados pelas experiências, que permitem estabelecer as relações sociais que, inicialmente, parecem ser só de cunho econômico: a identificação do objeto ou serviço desejado, do profissional que o faz, do local onde é feito, e do preço que será pago. Porém, isso envolve sair do circuito do consumo de massa contemporâneo, no qual produtos a preços populares têm durabilidade limitada, causa da naturalização das relações de consumo constante. A pessoa pode dirigir-se às formas tradicionais de suprir necessidades que configuram a cultura popular urbana, em sua complexidade, usando os conhecimentos pessoais sobre o entorno para estabelecer formas tanto de administrar necessidades quanto de efetivar práticas de consumo. Decidir entre estas relações exige, segundo Certeau (1997), lógicas articuladas entre estratégias e táticas nas redes de consumidores, ante os dispositivos da produção de massa:

“Chamo de ‘estratégia’ o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. (...) Denomino ao contrário “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro (...) O próprio é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no voo’ possibilidades de ganho.(...) Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos, onde combina elementos heterogêneos (...) mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’.” (CERTEAU, 1997, p. 45-46)

Os materiais empregados tornam-se a substancialidade de conhecimento local comum que será posse do cliente após a conclusão do bem ou serviço. Tornam-se patrimônios pessoais, assumem valores para aquele indivíduo que ressignificará as coisas e/ou objetos, criando relações identitárias próprias ou, também, dando sobrevida a relações identitárias pré-existentes. O sabor da pipoca, o tom da graxa no sapato, o fio da faca, o corte de cabelo com tesoura, o brilho no pelo do cavalo, a sonoridade do violão, o tic-tac do relógio de pulso tornam-se próprios, acompanhando e constituindo as vivências locais – porque cada pessoa sabe o que são, como usar e o valor que têm. Dessa forma, criam-se identidades coletivas através do fazer, das lógicas tradicionais articuladas e dos valores simbólicos associados às práticas sociais cotidianas de cada comunidade. Nas “decisões”, nas vivências locais, o conhecimento pela experiência se materializa.

Os artífices permitem trabalhar a sobrevida de coisas e/ou objetos de memória. À medida que as fábricas tradicionais fecham, e o abastecimento de bens e produtos perde as referências regionais e locais, o saber-fazer manual pode, através da reconstituição de processos produtivos herdados, recuperar coisas e/ou objetos e prolongar as vivências constituintes de identidades para cada indivíduo. Assim, é possível que cada um viva seu próprio patrimônio imaterial. Usar o relógio do avô e mantê-lo funcionando; recuperar as portas da casa da família – lixar, tratar

e usar; fazer o traje de casamento em alfaiataria; afiar a faca de rituais; sentir o relevo dos tipos móveis na impressão tipográfica; saborear a vitela que leva 5 horas para completar o cozimento; mandar restaurar os pistons da banda marcial da escola e retomar as atividades da banda; comer casquinha no Parque da Redenção e apresentá-la como doce de infância a filhos e netos; enfim, há inúmeras formas de refazer processos de experiências pelas vivências. Como diz Benjamin, *“Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?”* (BENJAMIN, 1994, p. 115).

Ao escolher usar os bens e serviços tradicionais, manuais, ao invés da compra do “novo”, retomam-se processos de resistência cultural que acontecem naturalmente, seguindo lógicas de corporeidade (MAUSS, 2003) que acompanham os processos produtivos antigos, por vezes milenares e universais em suas relações com os materiais, ritmos, ergonomia de movimentos e ferramentas e, principalmente, com as relações humanas envolvidas (SENNET, 2009). Godelier fala que é preciso *“guardar para (poder) doar, doar para (poder) guardar”* (GODELIER, 1998, p.58), de forma a captar a fórmula do social que se estabelece frente às coisas:

Más allá de la esfera de los intercambios, existen otros dominios, otra esfera constituida de todo aquello que los hombres imaginan que deben sustraer al intercambio, a la reciprocidad, a la rivalidad, de todo aquello que creen que deben conservar, preservar, incluso enriquecer.” (GODELIER, 1998, p.58)

De acordo com as relações que se estabelecem entre o artífice e o cliente, aparece a importância da relação com as coisas e os valores associados, que remontam a ancestralidades, por vezes universais. Esta está presente no direito romano, nas economias antigas e em diversos estudos etnográficos, apresentados por Mauss:

“Uma parte considerável de nossa moral e de nossa própria vida permanece estacionada nessa atmosfera em que dádiva, obrigação e liberdade se misturam. Felizmente, nem tudo ainda é classificado exclusivamente em termos de compra e venda. As coisas possuem ainda um valor sentimental além de seu valor venal, se é que há valores que sejam apenas desse gênero. (...) Pode-se mesmo dizer que toda uma parte do direito, direito dos industriais e dos comerciantes, acha-se em conflito com a moral. Os preconceitos econômicos do povo, dos produtores, provêm de sua firme vontade de acompanhar a coisa que eles produziram, e da aguda sensação de que seu trabalho é revendido sem que eles participem do lucro.” (MAUSS, 2003, p. 294-95)

Com a proximidade do entorno, o artífice continua acompanhando seus produtos e serviços, comparando-se e inserindo-se pelo trabalho nas sociabilidades compostas. Os valores destas relações, construídos a partir de processos históricos, deixam marcas nas heranças culturais e na formação de saberes locais, construídos pelas sequências de processos de geração e satisfação de necessidades, escolhas, estratégias e técnicas presentes nas culturas produtivas populares e tradicionais. Hoje, essas relações produtivas margeiam o consumo de massa, por serem anteriores à representação de sociedade industrial moderna (HARVEY, 2007). Ocorre outro enfoque do saber-fazer que, de acordo com as necessidades, criou as adaptações de cada lugar e de cada época. Mas a noção de valor entre iguais permanece, adapta-se e se estrutura de forma que, entre si, os códigos de conhecimentos comuns se estabelecem, e as ocupações manuais se mantêm, hoje, como foram, produtivas e disponíveis. As relações de confiança e honra – que ainda

permitem “aceitar fiado” como garantia de pagamento – humanizam os contatos na urbe, personalizando objetos e coisas e criando novas memórias produtivas.

### **3.5 O saber fazer e o espaço urbano**

O pertencimento à cidade tem seu preço, segundo Harvey (2007). Usufruir de um espaço urbano exige vinculações a estruturas já consolidadas. Comprar um terreno e construir uma casa na cidade foi um sonho, constituiu um imaginário social datado que acompanhou o processo de modernização do país, em que a população rural deslocou-se rumo aos centros urbanos. A inserção na urbe daqueles sem condições econômicas é viabilizada pela vinculação com o trabalho. É a necessidade dos fazeres que legitima a permanência de muitos artífices no espaço urbano. A solução tradicional, encontrada historicamente para permanecer na cidade, é configurar um local para poder trabalhar, em seu ritmo, através de cada ofício, apresentando-se socialmente (ARENDET, 2009; SENNET, 2009; HARVEY, 2007).

As relações de pertencimento através das práticas produtivas aparecem, mesmo invisibilizadas socialmente, pelo caráter autônomo que adquirem frente às estruturas de produção e consumo de massa, e por não participarem do mercado de trabalho formal - legitimado como forma de distinção social ao longo das décadas. As adaptações ocorrem. Estas heranças de gestão produtiva se adequam e produzem controles de processos de acordo com cada época, cada lugar e cada entorno produtivo – como diz Milton Santos, “*o entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual*” (SANTOS, 2007, p. 81). A escolha do lugar depende de vários fatores, porém relaciona-se à proximidade dos clientes, seguindo lógicas espaciais de percepções, percursos e demandas.

Em Porto Alegre, o pipoqueiro tem locais regulamentados pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e, cumprindo as exigências da Secretaria da Saúde, trabalha em portas de escolas, parques e demais locais com fluxo de pedestres – onde a ráfaga do cheiro da pipoca compõe relações espaciais, afetivas e palatáveis. O sapateiro urbano cola tênis, dedica-se a reparos e consertos de calçados, mas sabe fazer botas de gaúcho, hoje usadas no inverno urbano do Sul por ser um calçado que resiste ao frio e à chuva, nas lides campeiras. O produtor rural produz suas sementes e as organiza conforme antigos critérios de seleção, clima e a época de plantio de cada espécie, preservando gostos e seus tempos, certos, e também reintroduz espécies nativas relegadas ao esquecimento, pela perda dos conhecimentos sobre as suas propriedades e pela diminuição da área rural urbana. Criam-se memórias associadas e identidades com a cidade com as quais se convive diariamente. Perdas e ganhos caracterizam o viver naquele lugar.

## **4 Conclusões**

Com a massificação do consumo, os artífices perderam freguesia. Mas os clientes que valorizam o trabalho manual voltam – a valorização do artífice e seu trabalho é o ponto central de manutenção na malha urbana. Consta-se a perda de possibilidades criativas, geradas em momentos anteriores, frente ao sistema

econômico globalizado; perdem-se táticas geradas nas artes de fazer que Certeau (2009) apresenta pelo descaso com o local frente à superioridade do industrial adaptado aos novos tempos da economia de mercado neoliberal.

A pesquisa registrou ocupações que estivessem sendo oferecidas ao público privilegiando a contemporaneidade do fazer e sua adaptabilidade técnica às modificações nas noções de tempo e de vivências do espaço, dentro das características básicas de oferecer e comercializar produtos e serviços na cidade através do saber-fazer, hoje. Criam-se relações mais humanas no âmbito do comércio, os locais tornam-se pontos de encontro de vizinhos atrás de soluções comuns, e as redes de sociabilidades compõem cenários produtivos. A cidade humaniza-se quando as relações sociais se estabelecem espontaneamente e o convívio passa a ser fonte de satisfação intelectual – jogar conversa fora gera conhecimento local.

As oportunidades de inclusão social que as ocupações manuais geram apresentam potencial econômico em Porto Alegre, posto que “são daqui” - sabem manejar materiais, ferramentas, eventualidades e clientes. O espaço geonômico define o econômico, dentro das pequenas relações comerciais do cotidiano urbano, e o conhecimento econômico local equipara-se, quando analisado, a uma contínua fonte de ofertas e demandas – incluindo negociar um desconto e, às vezes, permitindo o saudoso “fiado” - promovendo o desenvolvimento territorial pelo saber-fazer do lugar. São atividades que se localizam no entorno próximo, legitimando a permanência no tempo e no espaço. As demandas de economia natural dos agentes produtivos fortalecem o comércio local, dinamizando setores da microeconomia, partindo da relação com os clientes, com os fornecedores dos materiais de uso constante, entre tantas outras.

O conhecimento dos usos envolve cada artífice e o relaciona à comunidade ao oferecer bens e serviços. As matérias-primas tornam-se eixo de identificação com o território e suas particularidades, pelas facilidades de abastecimento, de conhecimento, de manejo e dos usos adaptados ao lugar, através das peculiaridades e heranças locais. Geram riquezas associadas aos usos peculiares da região, configurando formas de conhecimento local. Cada comunidade e seu entorno torna-se irradiadora de inúmeras identidades sociais, provenientes das técnicas produtivas manuais, ao estabelecer espaços de atuação, produção e comercialização dentro da geografia da cidade.

## 5 REFERÊNCIAS

ARENDT, Hanna. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Obras Escolhidas, v.1

BOISIER, S. **Post-scriptum sobre desarrollo regional: modelos reales y modelos mentales**. EURE. V.24, nº72, 1998.

BURKE, Peter – **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2003.

CASTRIOTA, Leonardo B. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CONTI, S. Espaço global versus espaço local. In: DINIZ, C, LEMOS, M (Org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2005.

CUNHA, L. Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo. Mai/jun/jul/ago. 2000, n. 14, p. 89-107.

GODELIER, Maurice – De las cosas que se dan, de las que se venden y de las que no hay que dar ni vender, sino guardar. IN: **El Enigma del Don**. Barcelona: Paidós, 1998, p.11-21.

FONSECA, C. Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: 1961. 2 v.

FRANCO, S. da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. 4. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 22 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

MAUSS, Marcel. As Técnicas do Corpo. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 399-422.

MTE .- Ministério do Trabalho e Emprego. **Histórico**. IN: <<http://www.mte.gov.br/ctps/historico.asp>>. Acesso em: 12 set. 2009. \_\_\_\_\_ .

CBO - **Classificação Brasileira de Ocupações**. CBO 2010. 3. ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. v. 3.

OBSERVAPOA. Observatório de Porto Alegre. **Estudos e Pesquisas**. IN: <<http://www.observapoa.com.br/>>. Acesso em: 11 jun 2011.

PERROUX, F. - **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967. Cap. I e II, p. 143-196.

PESAVENTO, Sandra. - **Os pobres da cidade**: vida e trabalho 1880-1920. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1998.

PRADO, R.; NUNES, C.; NUNES, L. – **Ofícios Antigos de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed do autor, 2011.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Lei Nº 10605, de 29 /12/2008**. Comércio ambulante em vias públicas. IN: <[IV Colóquio Internacional sobre o comércio e cidade: uma relação de origem](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-</a></p></div><div data-bbox=)

[brs?s1=000030218.DOCN.&l=20&u=%2Fnethtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT](http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_portoalegre/LivroAtlasRMPA.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. **Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre**. PNUD. Fundação João Pinheiro. Observa POA e Metroplan. 2008. IN: <[http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas\\_portoalegre/LivroAtlasRMPA.pdf](http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_portoalegre/LivroAtlasRMPA.pdf)>.

Acesso em: 22 mar. 2011.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE/CEDOP. **Livros de Porta**. da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Livro 13: 1909-1910, p. 109.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SENNET, Richard. **O artífice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2009.

SCHWARTZ, Ives. Trabalho e Saber. **Rev. Trabalho & Educação**. v. 12, n. 1, jan/jun, 2003.

SOUZA, Célia F. de. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. 2. ed. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2007.

VAINER, Carlos – **Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro**. In: <<http://www.etterm.ippur.ufrj.br/pagina-inicial/129/cidade-da-excecao-reflexoes-a-partir-do-rio-de-janeiro>> Acesso em: 12 set. 2011.

VARGAS, Heliana – **Comércio, espaço público e cidadania**. I ANPPAS –FAU/USP Nov/2002. IN:

[http://www.usp.br/fau/deprojeto/labcom/produtos/2002\\_vargas\\_comercioespacocid.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labcom/produtos/2002_vargas_comercioespacocid.pdf), acesso em 18/09/12.

VALIATI, L.; FLORISSI (Org.) – **Economia da Cultura: bem-estar econômico e evolução cultural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

---

1 CBO – Classificação Brasileira de Ocupações/MTE-BR.

<sup>2</sup> A pesquisa realizada refere-se ao livro “Ofícios Antigos de Porto Alegre”, de R. Prado, C. Nunes e L. Nunes (2011), no qual são apresentados 20 ofícios manuais presentes num recorte temporal de 100 anos e recorte espacial da cidade de Porto Alegre. Este estudo contou com Bolsa Funarte “Produção Crítica em Culturas Populares e Tradicionais” – Região Sul/2010 (Funarte/ MinC- BR).

<sup>3</sup> IN: <http://www.stipanpa.com.br/historia.php>, acesso em 18/09/2012.

<sup>4</sup> Conforme registros nos “Livros de Porta” de 1910 da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – CHCSCPA/ CEDOP.

<sup>5</sup> A falta de estudos e especialistas locais necessários para a efetividade de uma necessária virada intelectual não permitiria que se realizassem as previsões de analistas econômicos frente aos impasses que se estabelecem.

<sup>6</sup> Sistema simplificado de enquadramento e tributação de micro-empresas e empreendedores individuais. IN: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/inicio/index.htm>, acesso em 03/12/11.

<sup>7</sup> A representatividade das associações profissionais destes artífices se perdeu no tempo em virtude das mudanças tecnológicas, diluindo-se a participação nas entidades, restringindo-as à incorporação de normatizações profissionais e à introdução destas nas práticas diárias.

<sup>8</sup> De acordo com o *Código de Posturas Municipais* de 1909, depois por regulamentação própria a partir de 1957, com poucas alterações até a Lei Nº 10605, de 29 /12/2008.

---

<sup>9</sup> De acordo com o Decreto-Lei nº 3.551 de 04 de agosto de 2000, instituiu-se o registro de Bens Culturais, que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro.

<sup>10</sup> Dados constam em: <http://www.lboro.ac.uk/gawc/world2008t.html>, acesso em 18/09/12.

11 O pescador entrevistado, Sr. Alfredo G. da Silva, 89 anos, além de vender o peixe pescado nas áreas limpas do Delta do Jacuí, comercializa redes e espinhéis na Colônia Z-5, de origem açoriana, na Ilha da Pintada pertencente ao município de Porto Alegre.

12 O artesão guarani entrevistado, Diego Ferreira, 20 anos, morador da Aldeia Guarani da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, contou da boa aceitação dos animais entalhados em corticeira e marcados em ferro, tanto no centro da cidade quanto no Brique da Redenção, tradicional feira ao ar livre de domingo.

13 Frase do falecido Sr. Vilmar S. Oliveira, 68 anos, marceneiro que sabia reaproveitar madeiras nobres das portas e fundos de móveis antigos para confeccionar as caixas de relógios de parede, sua especialidade.

<sup>14</sup> Antigamente feitos de madeira, os barcos usados para pescaria e navegação no Guaíba foram incorporando novidades tecnológicas nos materiais usados para confecção e manutenção – metais, motores, vernizes e plásticos, e outros equipamentos náuticos.